

## **2**

### **Revisão da Literatura**

#### **2.1**

##### **O Conceito de Letramento**

A revisão da literatura frente os conceitos de letramento se mostra relevante, na medida em que são discutidos e afirmados os pressupostos de construção do questionário deste estudo.

O conceito de letramento pode ser delineado a partir de variadas perspectivas. Uma maneira de pensá-lo é a conceituação a partir de duas dimensões principais: a individual e a social (Soares, 1995).

##### **2.1.1**

###### **A Dimensão Individual do Letramento**

Dominante até a década de 30 nos EUA, a dimensão individual diz respeito às habilidades de leitura e de escrita apresentadas por uma pessoa letrada. A leitura, do ponto de vista individual, envolve perícia e conhecimentos lingüísticos e psicológicos, abrangendo desde a tradução dos símbolos em palavras até a capacidade de se utilizar linguagem figurada nas interpretações, combinando informações do texto com conhecimentos prévios, refletindo, avaliando e concluindo (Soares, 1995).

A partir deste conceito, para se tornar um bom leitor é necessário ter prática com materiais abstratos e cada vez mais complexos, com poucas figuras contextualizantes, direcionando a memória da identificação de palavras para a compreensão de significados do texto (Snow; Strucker, in Comings et al., 2000; Uhry; Ehri, in Wagner et al., 1999).

Já a escrita, do ponto de vista individual, também envolve perícia e conhecimentos psicológicos, apesar de serem completamente diferentes em relação aos da leitura. Nesta habilidade está em questão não só a transcrição de

sons, mas também a comunicação de conteúdos de maneira adequada com potenciais leitores (Ribeiro, 1997).

A perspectiva individual de letramento está presente na definição da UNESCO de 1958, concebendo-o como a capacidade de ler de maneira compreensiva ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à vida diária.

### **2.1.2**

#### **A Dimensão Social do Letramento**

A dimensão social engloba a individual e suas aplicações, interações e repercussões, nos mais diversos contextos sociais. A leitura e a escrita são percebidas a partir de suas relações nas necessidades, nos valores e nas práticas sociais de um determinado ambiente. Dessa forma, pessoas que se configuram em distintos lugares sociais possuidoras de atividades e estilos de vida diferentes associados a esses lugares lidam com demandas funcionais completamente diferentes (Soares, 1995).

A dimensão social traz também consigo as implicações públicas do letramento, na medida em que é uma prática que está sujeita a constantes avaliações sociais, podendo em certas ocasiões ser objeto de estigmatização social (Fingeret e Drennon, 1997).

Novos programas e avaliações materializam a perspectiva social e provocam a superação da abordagem estritamente acadêmica do letramento, cujo desempenho individual ultrapassa o ambiente escolar e passa a ser considerado também em contextos sociais diários dos envolvidos (Ribeiro, 1997). Com isso, desenvolve-se uma vertente não-escolar com atenção especial ao desenvolvimento comunitário (Flecha et al, apud Ribeiro, 1997).

#### **2.1.2.1**

##### **Tendências Liberais e Radicais da Dimensão Social**

Dentro da dimensão social, existem duas formas de se pensar a questão dos atributos do letramento e suas implicações nas demandas sociais: a tendência liberal e radical. A tendência liberal não questiona profundamente a construção

das habilidades de leitura e escrita, apenas as consideram necessárias para que o indivíduo tenha condições de responder às práticas sociais em um determinado contexto (Soares, 1995).

Tal tendência compartilha de uma visão positiva, adaptativa e funcional do alfabetismo, derivando daí os conceitos de alfabetismo funcional. Um exemplo desta funcionalidade seria sua aplicação na formação de mão de obra apta para adequação às exigências da modernização econômica (Ribeiro, 1997).

Todavia, esta tendência ainda acaba por ignorar a construção do sujeito e da identidade. Ela pressupõe que o sujeito mantém uma postura de total estabilidade, mesmo estando em contextos diferentes desenvolvendo habilidades e tarefas novas (Ozanne et al, 2005).

Já a tendência radical percebe as habilidades de leitura e escrita como um conjunto de práticas socialmente responsáveis por questionar ou reforçar tradições, valores, padrões de poder presentes no contexto social (Soares, 1995). Esta linha encara o letramento como um fenômeno ativo, de libertação, profundamente vinculado à identidade pessoal e cultural, onde se desenvolvem habilidades que são trabalhadas na modelação do curso da vida (Freire, 1970).

O letramento é então encarado como ferramenta geradora de *empowerment* do sujeito para redes sociais; uma prática de emancipação que supera a dimensão individual e reforça os vínculos entre leitura, escrita, pessoas, cultura, economia e sistema político (Gołksen, 2003); produto de muitas forças sociais, tais como sistemas educacionais, econômicos, valores familiares, ensinos religiosos e traduções culturais (Agee, 2005).

Esta perspectiva foi também adotada pela UNESCO, vinte anos após a sua primeira definição de letramento, passando a conceber a alfabetização funcional como a capacidade de uma pessoa utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizar tais habilidades para continuar aprendendo e desenvolver-se ao longo da vida.

### **2.1.3 Numeramento**

Além da definição de letramento, não se pode deixar de mencionar o conceito de numeramento. O numeramento é o homólogo do letramento relacionado à habilidade de entender e usar números na vida cotidiana e relacioná-los à matemática, da mesma forma que o letramento se relaciona à linguagem (Gau, 2002 apud Viswanathan e Gau, 2005). Pode ser definido então como a capacidade e propensão de interagir criticamente e eficazmente com os aspectos quantitativos do mundo adulto. Dessa forma, analfabetismo funcional liga especificamente as noções de letramento e numeramento ao funcionamento adequado na vida diária (Gau, 2002 apud Viswanathan e Gau, 2005).

Para fins desta dissertação, emprega-se o conceito social de letramento, onde se busca medir o nível de entendimento dos rótulos alimentícios, isto é, a capacidade dos respondentes lerem, entenderem, na condição de sujeitos, através da construção e negociação de significado e desempenharem uma funcionalidade frente à prática social de avaliação nutricional sugerida pelas embalagens dos alimentos. Defendido o pressuposto social de letramento da pesquisa de dissertação, resta situá-lo dentro do âmbito do consumidor.

#### **2.1.4 Letramento do Consumidor**

O letramento do consumidor envolve a possibilidade de achar e manipular textos para cumprir tarefas relacionadas ao consumo dentro de um contexto de mercado específico no qual outras habilidades e conhecimentos são empregados (Fingeret e Drennon, 1997). Dentre as habilidades em jogo, estão as interpessoais, essenciais para gerenciar encontros de serviços e fazer reclamações, reivindicando voz e adquirindo atitude no ambiente (Adkins e Ozanne, 2005).

Como o letramento varia de contexto a contexto, o consumidor deve ter a capacidade de entender, negociar significados e atuar frente a inúmeros e distintos ambientes de consumo. Fatores contextuais como o uso de computador, cuidados de saúde, gerenciamento de finanças pessoais, por exemplo, dão origem individualmente a letramento de computador, letramento de cuidados à saúde e letramento financeiro (Adkins e Ozanne, 2005).

Assim, salienta-se que o presente estudo situa o letramento funcional no âmbito do consumidor, voltado para o contexto social de análise da rotulagem nutricional de alimentos.

### **2.1.5 Impacto do letramento no consumo**

O estudo do impacto do letramento no consumo traz à tona discussões importantes para seis áreas de pesquisa: capacidade de respostas a apelos persuasivos; a maneira pela qual os consumidores são afetados e tomada de decisão; o significado de produtos e marcas; *marketing* social de comportamentos de saúde; consumo, identidade e resistência (Wallendorf, 2001).

No que diz respeito às respostas dos consumidores analfabetos aos apelos persuasivos, há a indagação de que eles estariam mais vulneráveis no mercado por não terem domínio dos apelos persuasivos para criar inferências sobre situações de compra (Wallendorf, 2001). Ao mesmo tempo, o consumidor, mesmo em posição de vulnerabilidade, é capaz de elaborar preferências cognitivas frente às dificuldades, tomar decisões e desenvolver de enfrentar as situações onde há carência de entendimento (Viswanathan, Rosa e Harris, 2005).

A maneira como são afetados e a tomada de decisão também podem estar relacionados aos níveis de letramento. Quanto maior a dificuldade vivenciada por esses consumidores, maior seria a ansiedade de tomar decisões complexas (Wallendorf, 2001). Há a hipótese de que consumidores analfabetos funcionais seriam afetados por emoções negativas quando estão no momento de negociação de significados. O receio de se passar vergonha no ato da compra e, portanto, a urgência de se preservar a auto-estima faria com que eles tomassem limitadas decisões de compras (Viswanathan e Gau, 2005).

Consumidores analfabetos funcionais sentem dificuldades que restringem a elaboração de pensamentos sofisticados e muito abstratos. Eles desenvolvem o chamado pensamento concreto, que leva em conta um único número de

atributos, como preço ou tamanho da embalagem, sem conseguir relacioná-los e tomar uma decisão complexa. Uma outra preferência de aprendizado é o pensamento pictográfico, onde há a prática de se analisar embalagens, atributos e outras informações através de imagens e aspectos visuais, como, por exemplo, ver o tamanho dos produtos ao invés de ler, apreender imagens saudáveis ao invés de ler a composição nutricional, entre outros (Viswanathan, Rosa e Harris, 2005).

No tocante à área de significado dos produtos e marcas, a lealdade dos consumidores seria uma estratégia de lidar com a sua falta de instrução, reduzindo riscos na escolha (Wallendorf, 2001). A própria idéia de pensamento pictórico favorece a preferência por compras uniformes e rotineiras (Viswanathan, Rosa e Harris 2005), como, por exemplo, decorar a logomarca de um produto.

O gerenciamento do risco de estigmatização gera mecanismos de enfrentamento das dificuldades de compra que também podem provocar lealdade a produtos e marcas. Dentre as principais práticas, estão: criação de rede de pessoas nas quais são dependentes de auxílio para tarefas de compras; compra de marcas específicas; realização de encontros de serviços; porte de quantidade exata de dinheiro; compra de itens vez a vez; compra de poucos produtos a cada transação, entre outros descritos por Viswanathan e Gau, (2005).

No campo de estudo da identidade, o consumo é tido como em parte gerador e construtor dela. Um consumo que carece de letramento pode provocar escolhas mais pobres de significado, gerando restrições, resistência e alienações (Wallendorf, 2001). Consumidores de baixo letramento ficam em desvantagem na escolha de produtos no ponto de compra, revelando limitações do consumo (Jae e Delvecchio, 2004).

O letramento também traz impacto na área de *marketing* social de comportamentos de saúde. Ele está fortemente ligado à saúde, capaz de criar uma hierarquia que se propaga entre os diversos níveis. Dessa forma, programas de letramento e educação de alta qualidade são considerados intervenções pró-saúde que estimulam o comportamento de consumo saudável (Wallendorf, 2001). A pesquisa do consumidor deve ampliar o seu impacto político e potencialmente salvar vidas, pelo uso de mensagens de saúde ou

rótulos de alimentos como contextos na investigação do processamento de leitura e aprendizado. (Keller e Block, 1997).

Destacadas as principais hipóteses referentes ao impacto do letramento no consumo, parte-se para a descrição e escolha de um sistema de avaliação educacional capaz de fornecer instrumentos metodológicos adequados aos pressupostos de letramento assumidos.

## **2.2**

### **Sistemas de Avaliação Educacionais**

Criado nos anos 90 por iniciativa do Ministério da Educação, o SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) produz informações sobre a realidade educacional brasileira através da avaliação de redes de ensino pública e privada nos estados e no Distrito Federal. A avaliação se dá por meio de um exame bienal de proficiência nas disciplinas de Matemática e leitura da Língua Portuguesa, aplicado em amostra de alunos de 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental e da 3<sup>a</sup> série do ensino médio. Por meio de tais informações, consegue-se acompanhar a evolução da qualidade da educação ao longo dos anos, indicador que auxilia nos critérios de direcionamento de recursos técnicos e financeiros para áreas de maior prioridade no Sistema Educacional Brasileiro, reduzindo desigualdades nele existentes (INEP, 2009).

Implantado em 1998 pelo Ministério da Educação, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) tem como objetivo avaliar o desempenho dos alunos que concluem o ensino médio. Os itens da prova objetiva são elaborados a partir de situações problema, onde há a contextualização com interdisciplinaridade das ciências e artes articuladas com o mundo atual. O ENEM possui também uma prova dissertativa, a partir da qual se consegue avaliar a proficiência escrita, ao contrário do SAEB.

Tanto o SAEB quanto o ENEM possuem como base metodológica de avaliação a Teoria de Resposta ao Item, modelo que relaciona a probabilidade de um indivíduo, dotado de traços latentes, acertar a resposta de um item com uma determinada característica. De acordo com Andrade, Tavares e Valle (2000) a Teoria de Resposta ao Item possui a vantagem de permitir a comparação de desempenho entre populações, desde que tenha alguns itens comuns na prova,

ou também a comparação entre a mesma população que tenha sido sujeitada a provas totalmente diferentes.

Mesmo que o SAEB e o ENEM sejam elaborados levando em conta a questão da funcionalidade, considera-se que são sistemas de avaliação escolar, voltados para respondentes que ainda estudam no ensino fundamental e médio. O presente estudo deve se basear em sistemas de avaliação que levem em conta o letramento da população adulta. Para isso, parte-se para a descrição de testes que cumprem este requisito, apontados a seguir.

O INAF foi criado pela ONG Ação Executiva em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, organização sem fins lucrativos do IBOPE, com a finalidade de mensurar os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira de 15 a 64 anos (Ribeiro, 2007). Este sistema de avaliação possui questões que buscam medir níveis de letramento e numeramento da população, com testes de português e matemática, cujos itens são inspirados em práticas contextuais cotidianas, explorando tarefas diárias relevantes. A metodologia deste estudo também faz uso da Teoria de Resposta ao Item.

Agora, parte-se para a descrição de sistemas de avaliação de letramento e numeramento frente a práticas contextuais mais próximas do interesse desta dissertação.

O REALM (*Rapid Estimator of Adult Literacy in Medicine*) é um instrumento de rastreamento para avaliar a capacidade de um paciente adulto de ler palavras médicas comuns e termos sobre partes do corpo e doenças. É desenhado para ajudar os profissionais da área médica a estimar o letramento dos pacientes para que os materiais apropriados de educação ao pacientes possam ser utilizados (Long et al, 1993).

Sua aplicação é simples: o paciente deve ser capaz de ler e pronunciar na ordem o maior número de palavras listadas no questionário. Em caso de dúvidas, pode tentar da mesma forma ou falar “branco”, indicando que não consegue tentar. Ao mesmo tempo, o aplicador do teste avalia a performance do paciente: em caso de pronúncia correta, dá-se a pontuação da palavra (Long et al, 1993).

A soma das pontuações das palavras corretas é feita e relacionada a um quadro, que revela o grau de escolaridade que possui o paciente. O teste leva 2 a 3 minutos para ser administrado e pontuado. O REALM possui a limitação de somente existir na língua inglesa (Long et al, 1993).

O WRAT (*Wide Range Assessment Test*) tem o propósito de medir os códigos necessários ao aprendizado. Auxilia a identificar deficiências de leitura, pronúncia e aritmética. Possui a vantagem de conseguir diferenciar aquele que lê daquele que não consegue obter significado das palavras lidas. Além disso, seus subtestes podem fazer uso de faixas de escolaridade para dar uma indicação geral do nível de instrução do indivíduo. Seu tempo de aplicação não costuma ultrapassar 5 minutos (Parker et al, 1995).

Desenvolvido na Universidade do Estado de Geórgia, o TOFHLA (*Test of Functional Health Literacy Assessment*) é uma espécie de prova que mensura a leitura e compreensão frente ao letramento e ao numeramento funcional da área de saúde. É criado para avaliar o letramento adulto nos estabelecimentos de saúde (Baker et al, 1999). O teste foi desenvolvido a partir da revisão por profissionais de saúde de mais de 30 exemplos de textos comumente usados em hospitais, incluindo materiais de educação a pacientes, instruções para testes de diagnósticos, rótulos de prescrições em bulas, e formulários de registro de pacientes. O teste consiste em duas partes: leitura/compreensão e numeramento (Parker et al, 1995).

A primeira parte contém um teste de 50 itens que faz uso do procedimento modificado de Cloze, onde cada quinta ou sétima palavra é omitida na frase. Dessa forma, o paciente lê um texto com as lacunas, devendo escolher dentre 4 possíveis alternativas a que é correta, distinguindo das outras três que são similares, mas contextualmente ou gramaticalmente incorretas (Parker et al, 1995).

Já a parte de numeramento consiste em uma avaliação de 17 itens que mensura a capacidade do paciente de compreender instruções para tomar remédio, monitorar taxas de glicose, freqüentar consultas médicas e obter assistência financeira. São mostrados aos pacientes cartões de dicas e rótulos de prescrições de bulas, onde são feitas perguntas orais sobre algumas

informações contidas. O teste tem pontuação total de 100 e foi criado tanto no idioma inglês quanto no espanhol (Parker et al, 1995).

Finalmente, analisando os três métodos de letramento funcional, considera-se que o TOFHLA, em primeiro lugar, objetiva medir o letramento funcional em medicina e saúde, áreas mais próximas ao tema da pesquisa desta dissertação. Em segundo lugar, seu método de construção de questionário é viável, através da revisão de materiais da área, escolhido para ser utilizado neste estudo. Por fim, ele é o único que possui uma versão em espanhol, idioma mais próximo do português.

Portanto, estabelece-se que a metodologia de pesquisa da presente dissertação se inspira no TOFHLA, mesmo que não siga todos os objetivos do teste. Os itens da prova do questionário são criados a partir da revisão de materiais de rotulagem nutricional de diversos alimentos industrializados, em conjunto com o manual de orientação às indústrias de alimentos sobre rotulagem obrigatória, de autoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A pesquisa de alimentos industrializados e o estudo do manual em combinação com pesquisas qualitativas fornecem base para se construir o teste de letramento funcional o contexto de rotulagem nutricional de alimentos. A partir do teste criado, são observados níveis de letramento e numeramento dos entrevistados frente às questões que envolvem o tema da rotulagem. Entende-se, portanto, que os instrumentos de medida que se dão início com esse trabalho deverão crescer em natureza e em abrangência.

## **2.3 Rótulos**

### **2.3.1 Origens da Legislação Brasileira Sobre Rótulos**

O Brasil possui uma legislação sobre rotulagem de alimentos que é inspirada nas determinações do *Codex Alimentarius*, que constitui o principal órgão internacional responsável pelo estabelecimento de normas sobre a segurança e a rotulagem de alimentos (Câmara et al, 2008).

O *Codex Alimentarius* tem como objetivos básicos proteger a saúde dos consumidores e promover práticas justas no comércio alimentar, através do desenvolvimento de padrões alimentares e de códigos de práticas higiênicas (Kimbrel, 2000).

Os Ministérios da Saúde (MS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) são responsáveis pelo registro, controle e fiscalização de alimentos e bebidas embaladas. Alimentos de origem vegetal ficam sob a responsabilidade do MS, como biscoitos, adoçantes, cereais e leguminosas, enquanto produtos de origem animal e bebidas industrializadas ficam a cargo do MAPA. A função de fiscalização, independente da origem do produto, é exercida, particularmente, pelo MS através das vigilâncias sanitárias estaduais (Anvisa, 2007).

O órgão brasileiro responsável por fiscalizar a produção e a comercialização dos alimentos e normatizar a sua rotulagem é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ligada ao Ministério da Saúde. (Brasil, 1999).

A Anvisa conta com o auxílio da Comissão de Assessoramento Técnico-Científico em Alimentos Funcionais e Novos Alimentos (CTCAF), responsável por avaliar os produtos alimentares com alegações de propriedades funcionais e ou de saúde, novos alimentos / ingredientes, substâncias bioativas e probióticos (Coutinho e Recine, 2007).

O Brasil, como país membro do Mercado Comum do Sul, tem o dever de respeitar as medidas aprovadas pelo Grupo Mercado Comum, órgão executivo do Mercosul. Tais resoluções devem ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais por intermédio dos organismos competentes de cada país (Coutinho e Recine, 2007).

### **2.3.2 Evolução da Rotulagem de Alimentos no Brasil**

Até 1969, os problemas de alimentação e nutrição são discutidos em congressos, e reuniões de comissões governamentais. As principais decisões e medidas são publicadas não na forma de lei, mas sim na forma de material didático e informativo. Entretanto, com a publicação dos estudos, surge a

necessidade de normatizar procedimentos para a fabricação de alimentos e de se estabelecer padrões de identidade e de qualidade dos produtos, medidas que estimulam a criação das primeiras legislações sobre rótulos de alimentos (Ferreira e Lanfer-Marquez, 2007).

O primeiro decreto-lei referente à rotulagem de alimentos se deu em 1969, o qual determinava que “todo alimento será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado ao Ministério da Saúde”. O registro envolve a obrigatoriedade das informações legíveis nas embalagens dos produtos, como tipo de alimento, nome do fabricante, nome ou marca, endereço da fábrica, número de registro do Ministério da Saúde, número de identificação da partida, lote, data de fabricação, indicação do emprego de aditivos nutricionais e indicação de peso ou volume (Brasil, 1969). Porém, este decreto ainda não abordava a rotulagem nutricional, já que se tinha pouco conhecimento a respeito dos conteúdos na época (Câmara et al, 2008b).

De uma maneira geral, da primeira lei até os tempos atuais, entende-se que o Brasil consegue aperfeiçoar a sua legislação, pautada em diversas evidências científicas, tendo em mente a melhora da qualidade dos alimentos e a promoção da saúde pública, levando em conta a realidade brasileira (Ferreira e Lanfer-Marquez, 2007).

Em meados da década de 70, a utilização do rótulo como veículo de informação sobre o produto sofre resistências tanto por parte dos empresários como pelos técnicos do governo. Alegava-se que geraria aumento nas despesas e um caráter puramente publicitário frente aos dados sobre a composição do produto (Dias, 1985; Zulzke, 1991 apud Silva, 2003). Assim, na década de 70, nada referente à rotulagem nutricional é publicada.

Entretanto, a partir dessa década, a segurança alimentar e nutricional passa a ser considerada requisito básico para a afirmação plena do potencial de desenvolvimento físico, mental e social do ser humano (Valente, 1997). Dentre os destaques referentes ao tema de segurança alimentar, está a lei nº 6.150 que torna obrigatória a iodação do sal em percentuais consideráveis, com vista a combater o bócio registrado no país.

Em 1977, o Estudo Nacional de Despesas Familiares do IBGE publica em sua pesquisa a primeira tabela de composição de alimentos (IBGE, ENDEF, 1985). No mesmo ano, inicia-se a prática do controle sanitário, materializada na Resolução nº 33 da CNNPA (Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos), ainda vigente, que estabelece padrões de higiene aos fabricantes, desde a obtenção da matéria prima até a distribuição dos alimentos (Brasil, 1977).

Em 1986, o Brasil adota na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição o conceito ampliado de segurança alimentar, que leva em conta o abastecimento, o acesso universal aos alimentos, o aspecto nutricional, questões relativas à composição, qualidade e aproveitamento biológico (Ministério da Saúde, 2003 Política nacional de Alimentação e Nutrição).

Em 1994, consolida-o como pressuposto de política pública na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, e no mesmo ano, com o objetivo de atender as diretrizes estipuladas, desperta o interesse em harmonizar a rotulagem de alimentos no Mercosul. Dentre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, o Brasil se destaca pela presença de legislação no tema (Coutinho e Recine, 2007).

No Brasil, o final da década de 1990 é marcado por importantes publicações na área de alimentos, como reflexo do que vem sendo discutido intensamente no cenário internacional (Ferreira e Lanfer-Marquez, 2007). A obrigatoriedade da rotulagem nutricional se dá em 1999 (Câmara et al, 2008).

### **2.3.3 Principais Leis de Rotulagem Nutricional**

Hoje em dia, estão vigorando a portaria 27/98 e a 29/98. A 27/98 refere-se à inclusão de declarações opcionais de informação ao consumidor que possam atraí-lo ao produto.

Já a 29/98 refere-se à rotulagem de alimentos para fins especiais, ou seja, alimentos em que foram introduzidas modificações no conteúdo de nutrientes, ideais para o consumo em dietas diferenciadas ou opcionais, correspondendo às

demandas de pessoas com situações metabólicas e fisiológicas peculiares (Brasil, 2006).

Dentre as principais medidas da portaria 27/98, pode-se citar a divisão da declaração opcional de informação em dois tipos: conteúdo de nutrientes (descreve o nível e ou quantidade de nutriente e ou valor energético contido no alimento) e comparativa (que compara os níveis de nutrientes e ou valor energético de dois ou mais alimentos).

Estabeleceram-se também valores base para que se autorize a colocação de termos no rótulo, como “*free*”, “sem adição”, “*low*”, “*light*”, “zero”, “fonte”, “sem”, “isento de”, “*no without*”, “não contém”, entre outros.

A portaria 29/98 é um regulamento técnico que define os alimentos para fins especiais e os divide em: alimentos para dietas com restrição de nutrientes, alimentos para ingestão controlada de nutrientes, alimentos para grupos populacionais específicos.

Estão também em vigor as resoluções de diretoria colegiada número 259, número 40 (Brasil, 2002) e a número 360 (Brasil, 2003), responsáveis pelas principais normatizações que concernem às rotulagens dos alimentos industrializados, fixando os regulamentos técnicos para a rotulagem de alimentos embalados, as informações nutricionais e a obrigatoriedade da advertência “contém glúten”.

Na resolução colegiada número 259 (Brasil, 2002), a Anvisa proíbe qualquer tipo de expressão ou figura que seja passível de indução ao engano, normatizando um aspecto que alguns produtos alimentícios ainda utilizam como publicidade enganosa. Dessa forma, inserir falsas informações a respeito do produto ou realçar características intrínsecas ao produto torna-se infração à lei.

A resolução colegiada número 40 torna obrigatória a informação da presença de glúten, ideal para orientação consumidores que possuem doença celíaca, enquanto que a resolução 360 trata a respeito da rotulagem nutricional, revogando as resoluções 39 e 40 de 21 de março 2003.

Na resolução 360, há a desobrigação de rotulagem nutricional de mais categorias de alimentos; redefinições dos pressupostos da porção, passando para 3 anos a idade de referência; exclusão do colesterol, cálcio, ferro e inclusão da gordura trans; mudança de 2500 kcal para 2000 kcal o valor das calorias diárias, além de outros valores diários de referência; inclusão de medidas caseiras junto ao valor da porção; inserção da frase “% Valores Diários com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 840 KJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas”, entre outras medidas.

A retirada da obrigatoriedade da declaração dos conteúdos de ferro, cálcio e colesterol dos rótulos representou uma involução com relação à saúde pública, já que o consumidor precisa ser informado a respeito do que está consumindo (Ferreira e Lanfer-Marquez, 2007).

Adicionam que a legislação na área de alimentos deve ser percebida como estratégia para ajudar na diminuição dos índices de obesidade, das deficiências nutricionais e das doenças crônicas não-transmissíveis associadas ao padrão de consumo.

Entende-se que a revisão de literatura acerca de rótulos e a evolução de sua legislação mostram que é relativamente recente a preocupação em se entender o conteúdo nutricional dos alimentos consumidos, sendo mais recente ainda a obrigatoriedade da rotulagem nutricional nas embalagens. Há pouco mais de 10 anos atrás, a preocupação governamental é materializada em forma de legislação para os consumidores, que passam a conviver com tais tipos de informações e começam a desenvolver hábitos de consulta.

#### **2.3.4** **Funções do Rótulo**

O rótulo possui a função de garantir a segurança alimentar (Valente, 2002), constituindo elemento fundamental para a prática da saúde pública (Camara et al, 2008). Através dele, o consumidor orienta-se a respeito de atributos qualitativos e quantitativos do produto, incluindo informações nutricionais, sendo capaz de promover escolhas alimentares apropriadas, gerando melhoras na

saúde e conseqüentemente a diminuição do risco de doenças relacionadas à alimentação e à nutrição (Coutinho & Elisabetta, 2007; Valente, 2002; Ferreira e Lanfer-Marquez, 2007).

No que tange à saúde pública, seus inscritos proporcionam ao consumidor a identificação da origem, das características nutricionais e a composição dos produtos, tornando viável o rastreamento dos mesmos (Câmara et al, 2008). A saúde pública é uma prática que busca a prevenção de doenças, extensão da vida e desenvolvimento da saúde física e mental, assegurando padrões de vidas adequados à saúde (Rouquayrol, 1999, apud Barros & Mataruna, 2005).

Dessa forma, uma rotulagem adequada de produtos *diet* atende as necessidades de um consumidor diabético, que possui como recomendação fundamental a redução dos açúcares, da mesma forma que uma rotulagem indicadora de produtos, como os produtos *light* auxilia um consumidor obeso a seguir a recomendação de dieta de baixa caloria.

A rotulagem também está inserida dentro do contexto da embalagem, exercendo a função de *marketing*. Com o crescimento dos supermercados e outras lojas de varejo de auto-serviço, a embalagem amplia o seu papel tradicional de proteger o produto para chamar a atenção para uma marca, diferenciar-se dos competidores no ponto de venda, justificar preço e valor para os consumidores, representar características e benefícios da marca e motivar as escolhas do consumidor (Shimp, 2002). Junto com a embalagem, o rótulo é um meio a partir do qual se aplica o *marketing* nutricional.

No que tange à área de alimentos, o *marketing* nutricional abrange: a diferenciação física do produto, por exemplo, alimentos com menos calorias, mais fibras, menos sódio, baixa gordura ou enriquecidos com vitaminas; sua abordagem nutricional, como as tabelas de informação nutricionais e as informações nutricionais complementares; e os serviços complementares ao consumidor, como sugestões de receitas na embalagem, centros de atendimento ao consumidor. Dessa forma, com a estruturação da embalagem, há a possibilidade de criar valores de conveniência e promocionais (Kotler, 2000).

A meta do *marketing* nutricional é, portanto, disponibilizar conteúdo de cunho nutricional para que torne viável ao consumidor escolher de forma consciente

produtos compatíveis com o estilo de vida pretendido (Scagliusi et al 2005). Para Machado (2006), a simplificação do raciocínio de *marketing* nutricional se dá da seguinte forma: quanto mais o consumidor conhece os atributos do alimento, ingredientes e/ou processos aplicados na produção, além de seus principais efeitos à saúde, maior será sua demanda.

Os principais instrumentos utilizados são a veiculação de tabelas de valores nutricionais nos rótulos de alimentos e a propaganda nutricional (Gonçalves, 1997, apud Machado, 2006). A descrição nutricional usualmente está na parte de trás da embalagem, apresentando quantidades de calorias, gorduras, carboidratos e alguns outros nutrientes em suas quantidades, porções e percentuais de valores diários recomendados. Já propaganda nutricional, ou informações nutricionais complementares, normalmente é exibida na parte dianteira da embalagem, como a expressão “rico em fibras” (Celeste, 2001).

Além dos principais instrumentos, a indústria de alimentos vem tentando junto com profissionais da área de saúde criar um instrumento que seja capaz de avaliar e legitimar a qualidade dos nutrientes presentes nas composições dos alimentos: os selos de qualidade.

Estes tipos de certificados trazem conforto junto ao desconhecimento e a falta de prática de leitura da população, dando credibilidade aos alimentos e fabricantes e segurança na escolha do consumidor (Pontes et al, 2009).